



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

MIRIANA ROSELHA AUGUSTA DA SILVA

**ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E DIFICULDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES.**

CAJAZEIRAS – PB

2024

MIRIANA ROSELHA AUGUSTA DA SILVA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E DIFICULDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Universidade Federal de Campina Grande, como
requisito parcial, para obtenção do título de
licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa

Cajazeiras – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

S586e	Silva, Miriana Roselha Augusta da. O ensino de Geografia nos anos iniciais do fundamental: desafios e dificuldades nas práticas pedagógicas docentes / Miriana Roselha Augusta da Silva. – Cajazeiras, 2024. 46f. : il. Color. Bibliografia. Orientadora: Prof. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa. Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2024. 1. Geografia – prática de ensino. 2. Geografia - séries iniciais. 3. Prática docente. 4. Currículo - Geografia escolar. I. Pessoa, Rodrigo Bezerra. II. Título. UFCG/CFP/BS CDU – 91:37.02
-------	---

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

MIRIANA ROSELHA AUGUSTA DA SILVA

**O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL:
DESAFIOS E DIFICULDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial, para obtenção do título de licenciada em Geografia.

Avaliado em: 27/11/2024

Documento assinado digitalmente



RODRIGO BEZERRA PESSOA

Data: 04/12/2024 15:55:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Dr. Rodrigo Bezerra Pessoa

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Orientador

Documento assinado digitalmente



RAIMUNDA AURILIA FERREIRA DE SOUSA

Data: 05/12/2024 14:58:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Raimunda Aurília Ferreira de Sousa

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Examinador

Documento assinado digitalmente



MARCELO HENRIQUE DE MELO BRANDAO

Data: 04/12/2024 16:37:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Dr. Marcelo Henrique Bezerra Pessoa

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Examinador

Dedico esta conquista ao meu pai e minha mãe, por terem me ensinado a importância da educação no âmbito da sociedade e por terem acreditado e sonhado junto comigo, saibam que, o orgulho expressado nas palavras de vocês foi o meu combustível durante essa minha caminhada. Essa conquista é de vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por proporcionar está minha caminhada, etapa tão importante para minha vida profissional, e me ajudar espiritualmente com fé, força, determinação e coragem para alcançar meus objetivos, à Nossa Senhora por iluminar meus caminhos nessa caminhada e guiar-me nos momentos de incertezas.

Aos meus pais, Antônio Rosa e Luzimar Maria, a minha irmã Maria Rita, ao meu noivo, Danilo Guedes, pelas palavras de conforto, incentivo, força, coragem, amor e compreensão durante toda a minha permanência na universidade, e por sempre estarem do meu lado e me apoiarem.

Aos demais familiares, em especial minhas tias, que também estiveram presentes e me apoiaram, com incentivo, conselhos e orações, e a todos que de alguma forma me deram suporte nessa caminhada.

Ao meu orientador, Rodrigo Pessoa, por toda compreensão, paciência, dedicação, incentivo e ensinamentos, conduzindo-me nos estudos em cada detalhe, sempre me motivando e fazendo-me crescer profissionalmente, e ajudando-me na realização de mais um sonho.

Aos professores, por aceitarem o convite para compor a banca examinadora Prof^a. Dra. Raimunda Aurília e Prof^o. Dr. Marcelo Brandão, e aos demais docentes que fazem parte da UNAGEO, seus ensinamentos foram de suma importância para minha caminhada.

Aos professores, que se colocaram à disposição e tiraram um tempo para a realização da entrevista, e assim pude concluir com êxito esse trabalho.

Aos meus amigos, que estiveram comigo desde do início dessa minha jornada, obrigada pela amizade, incentivo, apoio e suporte, e aos amigos que encontrei pelo caminho durante essa jornada acadêmica, quero agradecer pelo apoio, colaboração e as inúmeras vezes que estiveram do meu lado, valeu a pena trilhar esse caminho com vocês.

“O processo de alfabetização se torna mais eficiente quando o professor explora o universo vocabular do aluno, ou seja, a sua leitura de mundo.”

(Paulo Freire)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso é resultado de uma pesquisa sobre o Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Fundamental, no que se refere as Prática Pedagógicas docentes. Os Anos Iniciais do Fundamental representam uma das mais importantes fases da Educação Básica. É durante essa etapa que ocorre o processo de alfabetização, no qual às crianças desenvolvem habilidades e competências que serão aprimoradas ao longo da vida escolar. Logo, a orientação para a formação dos alunos nesse nível, o Ensino de Geografia deve estar fomentada na perspectiva de uma formação para cidadania, com posicionamento crítico e autônomo, paralelo às atividades de alfabetização, pois são essenciais para a construção do estudante. Assim, o trabalho teve como objetivo principal; analisar o Ensino da Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir das práticas pedagógicas dos docentes, e partindo desse princípio buscou-se identificar qual a concepção dos docentes pedagogos acerca do currículo escolar de Geografia, observar como os docentes incorporam os conhecimentos geográficos em sala, através das metodologias utilizadas no ensino dessa disciplina e identificar as dificuldades que os docentes dos Anos Iniciais do Fundamental encontram no Ensino da Geografia. O processo metodológico constitui-se primeiramente na fundamentação teórica, alicerçada em autores e obras que debatem a temática do Ensino de Geografia no processo de alfabetização, em uma perspectiva crítica, posteriormente foi realizada uma pesquisa qualitativa, onde foi feita uma entrevista com os docentes dos Anos Iniciais. Como resultado, evidenciou-se que as concepções curriculares entendidas pelos docentes é fragmentada, o que pode ocasionar dificuldades para trabalhar com o Currículo crítico na sala de aula, o livro didático ainda é um dos principais materiais didáticos utilizados no desenvolvimento das aulas, A falta de formação adequada para os docentes é um dos fatores que impossibilita o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas para o Ensino de Geografia. Identificando assim, a existência de desafios a serem enfrentados para tornar o Ensino de Geografia significativo nos Anos Iniciais.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Anos Iniciais. Práticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This Course Completion Work is the result of research on the Teaching of Geography in the Early Years of Elementary School, with regard to teaching Pedagogical Practices. The Early Years of Elementary School represent one of the most important phases of Basic Education. It is during this stage that the literacy process takes place, in which children develop skills and competencies that will be improved throughout their school life. Therefore, guidance for the training of students at this level, Geography Teaching, must be encouraged from the perspective of training for citizenship, with a critical and autonomous positioning, parallel to literacy activities, as they are essential for the student's development. Thus, the main objective of the work was; analyze the Teaching of Geography in the Initial Years of Elementary School, based on the pedagogical practices of teachers, and based on this principle, we sought to identify the conception of teaching teachers regarding the Geography school curriculum, observe how teachers incorporate geographic knowledge into room, through the methodologies used in teaching this subject and identify the difficulties that teachers in the Initial Years of Elementary School encounter in Geography Teaching. The methodological process consists primarily of the theoretical foundation, based on authors and works that debate the theme of Geography Teaching in the literacy process, from a critical perspective, later a qualitative research was carried out, where an interview was carried out with the teachers of the Early Years. As a result, it became clear that the curricular concepts understood by teachers are fragmented, which can cause difficulties in working with the Critical Curriculum in the classroom. The textbook is still one of the main teaching materials used in the development of classes. The lack of adequate training for teachers is one of the factors that makes it impossible to develop good pedagogical practices for Geography Teaching. Thus identifying the existence of challenges to be faced to make Geography Teaching meaningful in the Early Years.

Keywords: Geography Teaching. Early Years. Pedagogical Practices

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Docentes/série/ano.....	29
Gráfico 2 -	Gêneros.....	30
Gráfico 3 -	Pós-graduação.....	30
Gráfico 4 -	Tempo disponibilizado para Geografia na semana.....	30
Gráfico 5 -	Importância do Ensino de Geografia nos Anos Iniciais.....	31
Gráfico 6 -	Concepções sobre Currículo de Geografia.....	32
Gráfico 7 -	Metodologias.....	34
Gráfico 8 -	Incorporação dos conhecimentos geográficos.....	34
Gráfico 9 -	Uso do livro didático.....	36
Gráfico 10 -	Dificuldades para trabalhar os conhecimentos da Geografia.....	37
Gráfico 11 -	Características do Ensino de Geografia.....	38
Gráfico 12 -	Curso/orientação/formação para trabalhar a disciplina de Geografia.....	38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PRESSUPOSTOS DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SEU CURRÍCULO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	16
2.1	TRAJETÓRIA DA GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL.....	16
2.2	O CURRÍCULO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL.....	22
3	O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	26
3.1	O PAPEL DA GEOGRAFIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO.....	26
3.2	PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES NO ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	42
	APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO	45
	APÊNDICE B – PERGUNTAS PARA ENTREVISTA.....	46

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, a sociedade vem sofrendo profundas transformações em todos os seus segmentos, assim como, também a educação no Brasil. Nesse contexto, a Geografia, enquanto componente de um currículo escolar, também passa por mudanças significativas, seja pela sociedade (em diferentes momentos históricos vivenciados), seja por força das políticas públicas (PPCNs e BNCC, por exemplo), seja por exigências do próprio dinamismo da ciência geográfica. Assim, pensar o papel da Geografia na Educação Básica, em especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental, torna-se necessário, se considerarmos a importância dos conteúdos e objetivos que envolve essa disciplina.

A Geografia, é a disciplina escolar que direciona a compreensão sobre o mundo e as pessoas a se entenderem como sujeito desse mundo, tendo assim, importante papel na formação dos alunos como cidadãos consciente e atuantes do seu papel na sociedade. Nos anos iniciais, o papel da Geografia, também não é diferente, no ensino dessa disciplina deve-se priorizar as concepções construídas a partir da ação realizada pela criança, tendo como referência as suas observações do lugar de vivência para que possa formalizar conceitos geográficos por meio da linguagem cartográfica. Desse modo, a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve ser compreendida, como parte do processo de alfabetização, por possibilitar aprender a ler, lendo o mundo, por meio da leitura do espaço vivido.

A prática da leitura de mundo, é um processo que se inicia quando a criança reconhece os lugares, e está relacionada ao processo, em que requer observar, analisar e interpretar a realidade, a partir dos lugares de vivência até as representações cartográficas. A exemplo, ao se trabalhar a paisagem local deve-se procurar estabelecer relações com outras paisagens e lugares, distantes no tempo e no espaço, observando semelhanças, diferenças, permanência e transformações. Por isso, é importante, já nos anos iniciais, os professores associarem os conteúdos dessa disciplina com a realidade em que os alunos vivem.

No entanto, o Ensino de Geografia nos anos iniciais, se apresenta em um contexto contraditório, tendo seu conteúdo estruturado em informações descontextualizadas, sem qualquer significado, que possam desenvolver o pensamento das crianças, desta forma, cria-se convicções de um ensino tradicional, de uma aprendizagem centrada na memorização e decodificação das informações. Destacamos

aqui, que um dos fatores para isso é a formação inicial dos docentes pedagogos, onde muitos não aprendem a importância de alfabetizar as crianças em Geografia.

Diante desses pressupostos, é imprescindível alguns questionamentos, como os docentes pedagogos entendem o currículo escolar de Geografia? Quais as metodologias usadas para incorporar os conhecimentos geográficos? Quais as dificuldades encontradas pelos docentes no Ensino de Geografia?

Entende-se que os professores dos anos Iniciais do Ensino Fundamental possuem apenas um conhecimento básico sobre o Ensino da Geografia escolar para exercer a função de alfabetizador no processo de ensino/aprendizagem. Neste sentido, supõe-se que uma formação específica adequada e incorporada na formação inicial e nas formações continuadas dos professores, seja essencial para torna melhor o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, essa formação destina-se à obtenção ou atualização de qualificações técnicas, profissionais ou acadêmicas, possibilitando assim, romper a concepção do ensino tradicional. Assim poderíamos atingir um ensino de qualidade.

Considerando a importância do papel da Geografia no período de alfabetização, o trabalho teve como objetivo geral; analisar o Ensino da Geografia nos Anos Iniciais do Fundamental, a partir das práticas pedagógicas dos professores. Como objetivos específicos: a) identificar o entendimento dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental acerca do currículo de Geografia, b) observar como os docentes incorporam os conhecimentos geográficos em sala, no que se refere às metodologias utilizadas no ensino da disciplina, c) identificar as dificuldades que os professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental encontram no Ensino da Geografia.

Para tentar alcançar esses objetivos, primeiramente utilizamos neste trabalho como processo metodológico, a fundamentação teórica, buscamos nessa etapa, autores que debatem a temática trabalhada nesta pesquisa. Para isso, recorreu-se às literaturas existentes acerca do Ensino de Geografia nos Anos iniciais do Ensino Fundamental, numa perspectiva crítica. Lana de Souza Cavalcante, Helena Copetti Callai, Genylton Odilon Rêgo da Rocha, Rafael Straforini, Sonia Maria Castellar, dentre outros autores e obras importantes.

Logo após a fundamentação teórica, buscamos analisar o Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, através das falas dos docentes pedagogos, partindo de uma concepção qualitativa de pesquisa, pois o interesse maior foi investigar o ensino dessa disciplina no processo de alfabetização por meio das práticas pedagógicas docentes. Neste sentido, a pesquisa apresenta resultados significativos do

fenômeno estudado, a alfabetização de discentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental numa perspectiva do Ensino da Geografia em todo seu processo e as perspectivas docentes.

Os profissionais pedagogos que atuam nos anos iniciais não são formados em Geografia e durante a sua graduação, muitas vezes, não conseguem absorver todas as informações necessárias para o Ensino da Geografia. O que interfere no que será ensinado em sala como também na bagagem teórica do discente e no seu desenvolvimento na 2ª etapa do Ensino Fundamental, assim o interesse por essa pesquisa surge em decorrência das dificuldades que os discente apresentaram em algumas áreas do conhecimento geográfico, durante observações realizadas nos Anos Finais do Fundamental.

Os Anos Iniciais do Ensino Fundamental representam uma das mais importantes fases da Educação Básica. É durante essa etapa que ocorre o processo de alfabetização, no qual às crianças desenvolvem habilidades e competências que serão aprimoradas ao longo da vida escolar. Dessa forma, a opção por esse nível de ensino justifica-se pelo fato que, os Anos Iniciais constituem a primeira etapa do ensino básico, e, por conseguinte, o momento base para solidificar o que está sendo aprendido, para que, se possa ampliar esses conhecimentos posteriormente.

Logo, a orientação para a formação dos alunos nesse nível de ensino deve estar fomentada na perspectiva de uma formação para cidadania, com posicionamento crítico e autônomo, paralelo às atividades de alfabetização, pois são essenciais para a construção do estudante.

A obtenção desses critérios resulta no desenvolvimento de capacidades que possibilita o aluno compreender a sociedade em que está inserido como resultados de constantes transformações e a si mesmo como sujeito desse processo, essa capacidade deve ser encontrada no Ensino de Geografia, portanto é a Geografia dos Anos Iniciais que cria as possibilidades para o desenvolvimento da capacidade de observar, interpretar e pensar criticamente a realidade em que vive.

O universo usado para coletar informações para serem analisadas foram docentes do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Foram trabalhadas com um total de 05 (cinco) docentes que lecionam atualmente nessa etapa da Educação Básica. Os critérios delimitados para compor as amostras neste projeto obedeceram ao número de docentes, compreendendo um total de 1 professor do 1º ano, 1 professores do 2º ano, 1 professores do 3º ano, 1 professore do 4º ano e 1 professor do 5º ano.

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a entrevista, tendo como base um roteiro composto de quatorze perguntas, que teve como objetivo, obter as respostas para os questionamentos já apresentados. Após a coleta de dados, as informações foram registradas, organizadas e sistematizadas.

Assim, o trabalho está estruturado em mais três capítulos, além desse primeiro capítulo, e está organizado da seguinte maneira.

Primeiro Capítulo, introdutório apresenta os objetivos que desejamos alcançar nesse trabalho, além da metodologia utilizada, os resultados adquiridos e consequentemente a conclusão.

No segundo capítulo, em uma breve apresentação, discorre-se, sobre a trajetória da Geografia enquanto disciplina escolar no Brasil, além do currículo dessa disciplina nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

No terceiro capítulo, apresentamos o Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, referindo-se ao papel dessa disciplina na primeira etapa da Educação Básica, e as Práticas Pedagógicas docentes, imprevisíveis para nossa perspectiva investigadora de estudo.

Por fim, no quarto capítulo apresentamos os resultados das análises feitas sobre o Ensino de Geografia, partir das práticas pedagógicas dos docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no que se refere as concepções curriculares, as metodologias utilizadas para incorporar os conhecimentos geográficos e as dificuldades encontradas pelos docentes no ensino dessa disciplina, assim como os resultados da pesquisa. E consequentemente a conclusão de nossa pesquisa e nossas considerações finais.

2 PRESSUPOSTOS DA GEOGRAFIA ESCOLAR E SEU CURRÍCULO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

2.1 TRAJETÓRIA DA GEOGRAFIA ENQUANTO DISCIPLINA ESCOLAR NO BRASIL

A Geografia, como as outras disciplinas escolares, estão no currículo escolar brasileiro há quase duzentos anos. Durante o processo de constituição como disciplina escolar no Brasil, a Geografia passou por mudanças significativas decorrentes de uma série de fatores ligados às questões internas, como, a evolução do próprio pensamento geográfico, e externas, conforme as reformas ocorridas na educação brasileira. Portanto, tivemos em vista compreender a sua configuração em diferentes momentos históricos e contextos da política educacional no Brasil.

Foi durante o período colonial, que ocorreu a introdução da educação escolar no Brasil, por volta da primeira metade do século XVI, os Jesuítas organizaram o primeiro sistema escolar. No ano 1599 eles sancionaram o plano de estudo da Companhia de Jesus, mais conhecido como *Ratio Ataque Instituto Studiorum Societas*, assim regendo os colégios do território brasileiro por essa lei.

Nesse primeiro plano, não foi concedido no currículo escolar, a condição de disciplina independente para a Geografia, durante esse período, os conhecimentos geográficos eram repassados através de leituras e comentários de autores clássicos.

Foi apenas em 1832, que a Geografia passou a fazer parte do currículo apresentado pelo *Ratio Studiorum*, porém esse sistema educacional seguia o modelo tipicamente europeu, destinando a Geografia o ensino voltado para a realidade de outros povos, sem interesse nenhum na Geografia do nosso território. Como nos revela Rocha (1996, p. 136):

Ressalte-se, porém, que não interessou aos jesuítas, até por causa de seu currículo internacionalista, falar em suas aulas de uma Geografia brasileira (seja desenvolvendo um estudo descritivo da colônia de então, seja trabalhando uma cartografia local). Inaugurava-se com eles, também, o ensino que somente se propunha a falar da Geografia produzida por outros povos, característica tão marcante assumida por esta disciplina no Brasil.

Assim, durante os mais de 200 anos de monopólio no Brasil, o que correspondeu a educação jesuíta, a Geografia não teve voz e nem vez. Tendo seus conhecimentos secundarizados, sem que existisse sequer, um curso de formação para os professores atuarem nos ensinamentos do saber geográfico.

Foi durante o Império, mais precisamente no século XIX, que o ensino de Geografia obteve o *status* de disciplina independente, a partir da criação do Colégio Imperial de Pedro II, em 1837, localizado no Rio de Janeiro.

A participação da Geografia como disciplina escolar no currículo do Colégio Pedro II foi de muita importância, visto que, o objetivo da fundação desse colégio era ser uma instituição padrão, e servisse de modelo para as demais escolas tanto públicas quanto privadas presentes no Brasil.

Apesar da institucionalização da Geografia como disciplina autônoma, os saberes repassados por esta disciplina nas escolas durante o Império, continuava semelhante a Geografia dos jesuítas, permanecendo de forma secundária e prevalecendo a forma de ensino baseada na memorização. Essa prática de ensino centrada na memorização era usada como técnica para guardar de forma eficaz os ensinamentos ministrados pelos professores e/ou aquilo que o próprio aluno leu.

Essa maneira tradicionalista de ensinar Geografia, desencadeou ainda durante o Império, manifestação públicas, contrárias a esse modelo de ensino tradicionalista da Geografia escolar, alguns autores da época, através de suas indignações reivindicavam por um ensino que adotasse métodos e técnicas modernas para o ensino desta disciplina.

Ao fim do período Imperial, as alterações apresentadas pelo Ensino de Geografia eram pouco significativas, foram grandes o número de tentativas para mudar os aspectos da Geografia, porém não obteve o sucesso, mantendo sua modelagem conceitual e a metodologia intacta, desde a criação do Colégio Pedro II até a decadência do Império.

Foi a partir do final do século XIX, que o Ensino de Geografia no Brasil começou a sofrer importantes impactos, conforme alterações praticadas pelo ensino dessa disciplina em outros países, esse período de renovação pela qual a Geografia passou correspondeu aqui no Brasil ao período Republicano.

Partindo inicialmente das reformas educacionais ocorridas no período Republicano, no que se refere ao Ensino de Geografia, na primeira reforma elaborada por Benjamin Constant em 1890, o Ensino de Geografia passaria a ser ministrado em todas as séries do ensino secundário integral, sendo organizado da seguinte forma; nos dois primeiros anos seriam ministradas três aulas por semana, com o seguinte programa para o primeiro ano: Geografia física, especialmente do Brasil, exercícios cartográficos e noções concretas de astronomia. Para o segundo ano o programa compreendia os seguintes assuntos: Geografia política e econômica, especialmente do Brasil, exercícios cartográficos e estudo complementar de astronomia concreta, ao passo que nos demais

anos seria facultada a essa disciplina uma hora semanal para revisão dos conteúdos já vistos anteriormente.

Rocha (1996, p. 211) analisa o tratamento dada a Geografia escolar durante a vigência da primeira reforma educacional, trazendo algumas considerações:

Uma análise de tais conteúdos nos permite afirmar que, no período de vigência deste programa, manteve-se hegemonicamente em sala de aula a orientação clássica de Geografia. O saber geográfico, por ela transmitido, manteve-se assentado nas duas vertentes que davam corpo à Geografia clássica, quais sejam: a geografia matemática e a Geografia descritiva. Daí se compreende o porquê da presença de conteúdos de astronomia, cosmografia, cartografia, além da mera descrição dos elementos naturais e sociais presentes na superfície da terra, descartada qualquer tentativa de interpretação e explicação para os mesmos. No que diz respeito aos territórios nacionais ou os dos Estados brasileiros, operaram-se os estudos pela mais pura, simples e exaustiva coreografia. Demonstrando a sua vitalidade, foi ainda o modelo presente na *Corographia Brasílica* de Aires de Casal, que norteou os estudos corográficos.

A segunda reforma Educacional ocorrida no período Republicano, aconteceu em 1901, denominada por Eptácio Pessoa, a Geografia escolar nessa reforma propôs poucas mudanças, sendo a mais considerável a redução das aulas desta disciplina aos três primeiros anos do ensino secundário integral. Foram, portanto, abolidas as revisões que se faziam presentes na reforma anterior.

A terceira reforma Educacional efetivada em abril 1911, nomeada de Rivadávia de Cunha Correia, o então ministro da Justiça e Negócios Interiores, as características mais importantes implementadas nessa reforma estão, a redução do curso secundário de sete para seis anos, cabendo a Geografia a participação nas três primeiras séries, com carga horária de três horas semanais em cada uma delas. Portanto, a Geografia no programa não sofreu alteração em relação ao programa da reforma precedente.

Em relação ao ensino de Geografia, o novo regulamento do Colégio Pedro II, aprovado durante a reforma Rivadávia Corrêa, assim determinava:

No ensino de Geografia o intuito fundamental será a descrição metódica e racional da superfície da terra, por meio de desenhos, na pedra e no papel, copiados, mas nunca transfoliados, e de exercícios de memória referentes às cinco partes do mundo, aos países da América, especialmente ao Brasil, e aos da Europa, com a preocupação de evitar minúcias, nomenclaturas extensas, dados estatísticos exagerados e tudo quanto possa sobrecarregar, quer no estudo da geografia física, quer no da Geografia política e do ramo econômico. (ROCHA, 1996, p. 216).

A quarta reforma implementada no Brasil durante a República, foi executada em março de 1915 intitulada de reforma de Carlos Maximiliano, entre as principais características dessa reforma destaca-se a redução do curso secundário de seis anos para cinco anos de duração. Em relação ao ensino de Geografia podemos certificar que a

referida reforma conduziu a disciplina para uma depreciação em relação à reforma anterior, visto que, houve uma redução em relação ao número de séries em que a Geografia se fazia presente. Assim, a disciplina passa a ser ministrada apenas nos dois primeiros anos do curso secundário. Além da diminuição do número de séries, o conteúdo a ser ministrado se tornou mais compacto, ainda que continuasse sendo o mesmo empregado na reforma passada.

Durante a vigência dessa quarta reforma, o Ensino de Geografia distanciou-se ainda mais das práticas teórico-metodológicas propostas pela pedagogia moderna. A Geografia continuou a ser ensinada com as mesmas características da época em que foi estabelecida como disciplina nos currículos de nossas escolas.

Mesmo após quase um século da institucionalização da Geografia como disciplina escolar no currículo brasileiro, o Ensino de Geografia ainda continuava puramente verbalista, livresco, desenvolvido por meio de recitação e avaliado através de exames que exigia da memória a reprodução das lições ao pé da letra.

Foi só a partir da segunda década do século XX, que a Geografia alcança o valor sem precedentes no processo de renovação, a Geografia iria passar nesse período importantes transformações em decorrência dos embates entre os professores que defendiam o Ensino de Geografia nos contextos tradicionalistas e os professores que reivindicavam por remoção no ensino desta disciplina, tanto no que se refere as metodologias utilizadas em sala de aula, quanto aos respectivos conteúdos ensinados.

A quinta e última reforma ocorrida no período da República Velha, intitulado Luís Alves Rocha Vaz, foi instituída em janeiro de 1915 pelo professor Rocha Vaz, até então Reitor da Universidade do Rio de Janeiro e Diretor do Conselho Superior de Ensino, e Luís Alves, que ocupava o cargo de Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Dentre as principais transformações resultantes dessa reforma, estão o aumento do tempo de duração do curso secundário de cinco para seis anos, a extinção dos exames parcelados de preparatórios e a consequente introdução do regime seriado, que a partir daquele momento seria adotado nas escolas médias presentes em todo território brasileiro.

Nesse período, a educação era voltada para a consolidação do nacionalismo-patriótico, com esse encadeamento de ideias relacionadas à justificação da ideologia do nacionalismo patriótico. A função que deveria ser atribuída ao professor de Geografia era a missão de selecionar os textos que seriam trabalhados por essas disciplinas, que os mesmos tivessem o devido cuidado em examinar se neles estavam incorporados a

ideologia do nacionalismo-patriótico, caso não, a recomendação era que fossem diligentemente excluídos por não despertarem os sentimentos ideológicos de patriotismo, que naquele momento se fazia cada vez mais presente em nossas escolas.

Contudo, essa quinta reforma, foi para Geografia escolar brasileira de suma importância, posto que, foi no decorrer desta época que elucidava de forma mais intensa, em nossas salas de aula, a penetração da Geografia moderna, num nítido processo de mudança nunca visto antes, alterando assim a forma e a estrutura dessa disciplina.

No século XX, mais precisamente os anos 30 e 40, foram marcados por acontecimentos relevantes na sociedade brasileira, fatos de caráter essencialmente político e econômico, marcados principalmente pela Revolução de 30 e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, alcançaram por sua vez com importantes transformações no sistema educacional brasileiro, conferindo a ele uma importância até então nunca visto desde a institucionalização da educação no Brasil.

Em meio, aos acontecimentos políticos de 1930, surge uma das mais importantes reformas da história da renovação da educação brasileira, denominada Francisco Campos, foi instituída em abril de 1931, pelo então ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos. Sendo ele, o primeiro a ousar, pondo em prática nessa reforma uma estrutura de organicidade ao ensino secundário, e foi mais além, pois pela primeira vez de forma inédita na história da educação brasileira uma reforma passaria a ter sob os seus projetos um caráter de vigência sobre todo o território nacional.

Francisco Campos, aperfeiçoou o sistema de educação, até então presente, em um modelo de educação que deveria ser útil aos alunos nas diversas situações que a vida prática os condicionava, ou seja, um ensino que propunha se desenvolver sob bases dinâmicas, aproveitando sempre as observação e impressões colhidas pelos alunos, aplicando sempre que possível o método intuitivo por meio de demonstrações e experiências. E não um modelo educacional pautado apenas na memorização e na transmissão pelos professores de uma infinidade de noções e conceitos inertes.

Durante a reforma Francisco Campos a Geografia passou a constar novamente em todas as cinco séries do curso fundamental, como ocorrera na reforma Benjamin Constant. Com isso, os autores da programação de Geografia tiveram mais tempo para efetivar os conteúdos dessa disciplina em toda sua plenitude, o que não aconteceu na reforma anterior (Luis Vaz), onde, a Geografia dispendo de todo o seu conteúdo

renovado, tinha como principal barreira a sua operacionalização a enorme quantidade de conteúdos para uma carga horária muito reduzida.

Ainda durante a presente reforma, também ocorreu uma reforma no Ensino Superior, através do decreto n.º 19.851, instituído em 11 de abril de 1931, o então ministro da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos deu um novo aspecto ao ensino de nível Superior no Brasil, com a admissão do sistema universitário. Por intermédio desse decreto surgiram as Faculdades de Filosofias, Ciências e Letras, que passou naquele momento a instituir no seu espaço acadêmico o curso de Geografia, em conjunto outras disciplinas. Visto que, nesse período, os professores que exerciam suas atividades no Ensino da Geografia, como também no ensino de outras disciplinas, eram procedentes de outras profissões, como, advogados, engenheiros, sacerdotes, entre outras. Ou então se designavam como autodidatas, isto quando não eram apenas profissionais que estavam no início de seus ofícios e que preenchiam o tempo no cargo de professor, até se deparar com uma boa posição profissional nas suas áreas de procedência.

Conforme Rocha (2000, p. 130):

[...] os (as) docentes que atuavam no ensino desta disciplina eram oriundos (as) ou de outras profissões (advogados, sacerdotes etc.), ou então eram autodidatas, isto quando não eram apenas profissionais em início de carreira que exerciam o magistério até encontrar uma boa posição nas suas profissões de origem [...].

Considerando tais asserções sobre o advento dos cursos de Geografia, os quais perpetuaram por quase dois séculos, concebendo importantes transformações no modelo da educação geográfica, e consequentemente no sistema educacional brasileiro. Tais mudanças são atribuídas, principalmente, ao processo de orientação curricular e à dimensão pedagógica da disciplina, ganhando assim uma nova linhagem, que abrange tanto os conteúdos quanto o exercício de sua instrução.

Posteriormente, a partir da década de 1970, a disciplina de Geografia passou por mudanças ainda mais significativas, surgiram questionamentos sobre a abordagem da Geografia clássica e da Geografia moderna e os seus respectivos apoios aos interesses político-ideológico vigente através das classes dominantes e a consequente reprodução das injustiças estruturais, até então propagadas, recebendo influências especialmente de correntes críticas das Ciências Sociais.

A(s) Geografia(s) crítica(s), no seu cerne, não apenas procurou subjugar as Geografias clássica, moderna e pragmática, mas fundamentalmente essa nova corrente

buscou se envolver com temas novos, procurou integrar-se, em conjunto com a sociedade civil, na discussão de seus principais anseios e problemas no intuito de propor soluções às questões não resolvidas referentes ao espaço geográfico, dirigiu-se de forma contrária ao que fez a Geografia clássica, moderna e quantitativa, desligando-se das amarras do poder do Estado e filiando-se a uma linha ideológica voltada ao saber crítico

Inspirada pela Geografia Crítica, a disciplina passou a ser vista como um campo de estudo que não se limitava à descrição do espaço, mas que analisava as relações socioeconômicas que produzem o território. A ascendência da Geografia crítica no Brasil sofreu influência e contribuição francesa, ganhando força especialmente no contexto de redemocratização do país, nos anos 1980, após o regime militar, quando o ensino passou a incluir temas como desigualdade social, injustiça ambiental e a dinâmica capitalista no espaço geográfico.

Essa mudança representou uma ruptura com o modelo tradicional e buscou estimular o pensamento crítico, tratando o espaço como uma construção histórica e social. A Geografia passou a discutir as questões sociais, econômicas e políticas que moldam o território, formando, cidadãos mais conscientes de seu papel na sociedade.

2.2 O CURRÍCULO DA GEOGRAFIA ESCOLAR NOS ANOS INICIAIS DO FUNDAMENTAL

Discutir os princípios curriculares do Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e discorrer sobre suas origens, faz-se necessário alguns questionamentos, ressaltando que os debates desta disciplina são mais focados no Ensino Fundamental Anos Finais e no Ensino médio, porém sua importância se estende em todas as etapas da educação básica.

Para Straforini (2002, p. 96),

[...] o ensino de Geografia não é diferente para cada nível do ensino e que a Discussão proposta – totalidade mundo – é pouco conhecida para a maioria dos Professores dos dois primeiros ciclos (primeira à quarta séries) do Ensino Fundamental. Sabemos, também, que nesse nível de escolaridade o ensino de Geografia ocupa um papel secundário, muitas vezes irrelevante no cotidiano da sala de aula.

É preciso adentrarmos e compreendermos quais são as dificuldades que possam existir para que o Ensino de Geografia nos anos iniciais torne-se atraente. Callai (2014) apresenta alguns questionamentos sobre a disciplina de Geografia escolar nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: A Geografia é ensinada nos anos iniciais? Aprende-se

Geografia nos Anos iniciais? Que Geografia se ensina nos anos iniciais do Ensino Fundamental? São questões pertinentes que acreditamos ser fundamental para o debate no processo do ensino/aprendizagem. Neste sentido torna-se imprescindível a discussão no âmbito do componente curricular específico dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em busca de referências que possibilitem esclarecer estes questionamentos.

O Currículo de Geografia, no que compreende os Anos iniciais do Ensino Fundamental, sofreu grandes interferências dos órgãos governamentais a partir da década de 1960 (BRASIL, 1997). Foi através da Lei nº 5.692/71 que aconteceu a consolidação dos Estudos Sociais em substituição a História e Geografia, durante o governo militar. Este fato ocasionou o esvaziamento e a diluição dos conteúdos de Geografia, esta mudança ganhou contornos ideológicos de um patriotismo exacerbado nacionalista destinado a justificar o projeto nacional organizado pelo governo militar implantado no país a partir de 1964. Moreira (1997, p. 83) enfatiza que “com o golpe militar de 1964 todo o panorama político, econômico, ideológico e educacional do país sofreu substanciais transformações”, entre as transformações ocorridas está a mudança no campo educacional.

Na década de 1970, vários movimentos de profissionais surgiram a partir da sala de aula até as universidades, destaca-se neste contexto o crescimento da Associação de Historiadores e Geógrafos (ANPUH), que aderiram juntamente com os docentes ao movimento pela volta de História e Geografia aos currículos escolares consequentemente a extinção dos cursos de Licenciatura de Estudos Sociais. A partir da década de 80, com o movimento de redemocratização do país, os conhecimentos escolares passaram a ser questionados e redefinidos por reformas curriculares.

Vários movimentos ocorreram a nível nacional em defesa da educação. Nesse sentido, Moreira (1997, p. 158), destaca que:

Diversos seminários e debates sobre os principais problemas da educação brasileira foram promovidos. Os educadores exilados pelos militares retornaram. Uma literatura pedagógica crítica floresceu com intensidade. O pensamento pedagógico desenvolveu-se e alcançou acentuada autonomia [...].

Em decorrências desses movimentos, o Currículo real oriundo dos movimentos em defesa de melhorias forçava mudanças no Currículo formal. Essas mudanças passaram a ser consideradas e discutidas pelos diversos agentes educacionais preocupados em absorvê-las à organização e ao Currículo escolar. Os professores

tornaram-se uma importante voz na configuração do saber escolar, diminuindo o poder dos chamados “técnicos educacionais”. (Brasil, 1997).

Nesse contexto, iniciaram-se as discussões sobre o retorno da História e da Geografia no currículo escolar a partir das séries iniciais de escolarização. Cavalcanti (2008, p. 20) relata que:

[...] esse período foi inicialmente marcado pela disputa de hegemonia de dois núcleos principais, um aglutinando uma Geografia dita “Tradicional”, que se mantinha tal como havia se estruturado nas primeiras décadas XX, e outro que representava uma Geografia nova, que buscava superar a tradicional, que se proclamava “crítica” com predomínio de uma orientação marxista. No conjunto, o movimento buscava denunciar a falsa neutralidade e a falsa “inocência” do pensamento geográfico oficial, o caráter utilitário da geografia, seu caráter ideológico vinculado ao Estado [...].

De acordo com a autora, era preciso encontrar novos caminhos. Buscou-se atribuir significado a Geografia que as tornasse mais interessante, que possibilitasse seu aprendizado, vivia-se um momento dicotômico e fragmentado no Ensino de Geografia, ou seja, estudava de um lado a natureza e de outro o homem, neste sentido, buscavam-se inserir algumas propostas elementais de uma análise espacial, uma Geografia que fosse ao encontro do conhecimento geográfico de caráter ideológico vinculado ao Estado (Cavalcante, 2008).

Em decorrência do contexto sociopolítico, científico, educacional, ou melhor dizendo a globalização, era preciso ampliar os referenciais interpretativos da realidade. Neste cenário, tal qual a Geografia acadêmica, surgiram novos caminhos na investigação sobre o Ensino de Geografia, e as orientações para o trabalho docente com essa matéria escolar foram se reconstruindo com base no contexto mencionado. Assim, como, “[...] iniciaram-se as discussões sobre o retorno da história e da Geografia ao Currículo escolar a partir das séries Iniciais de escolarização” (Brasil, 1997).

Esta configuração de Currículo escolar da Educação Básica está em vigor nas instituições de ensino em todas as esferas no que compreende o sistema brasileiro de educação (municipal, estadual e federal) até hoje. Toda essa produção buscou analisar o Ensino de Geografia e propor orientações com vista a alteração em sua prática, orientações explicitadas nos livros didáticos mais recentes, em livros acadêmicos e em diretrizes curriculares, destacando-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (Cavalcanti, 2008, p.24).

A legislação que alterou o ensino de disciplinas específicas para o Ensino Fundamental Anos Iniciais no contexto da ampliação para nove anos foi a Lei nº 11.274, que após os cinco anos iniciais de permanência na escola deveria criar

condições básicas para o aluno conseguir sua progressão as séries futuras. Como citado neste trabalho, foi lançado a nova Base Nacional Curricular Comum, que deve nortear os trabalhos pedagógicos no processo de aprendizagem dos alunos das instituições escolares.

O documento preconiza para o ensino de Geografia anos iniciais:

[...] valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e de argumentações, de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento criativo e crítico. (Brasil, 2018, p. 353).

Acrescenta-se, ainda, que se faz necessário o desenvolvimento de habilidades voltadas para o uso concomitante de diferentes linguagens (oral, escrita, cartográfica, estética, técnica etc.). Neste contexto, nos Anos Iniciais, será necessário considerar o conhecimento que as crianças já trazem consigo, adquiridos nos diversos espaços do cotidiano. Esses prévios conhecimentos articulados com outros saberes serão a base principal para desenvolver com os alunos o Ensino da Geografia, a partir de estratégias de aprendizagem que privilegiem os interesses dos alunos pela pesquisa nessa faixa etária, o questionamento, a criticidade princípios básicos da Geografia. Neste sentido, será possível alfabetizar e letrar com os conhecimentos da Geografia.

3 O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1 O PAPEL DA GEOGRAFIA NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

A abordagem do ensino em Geografia nos Anos Iniciais se materializa em diferentes possibilidades, Callai (2005) discute as possibilidades e a importância de a criança estudar/aprender Geografia na Educação Infantil e nos Anos Iniciais, fazendo assim pensar o papel da Geografia na Educação Básica. Ela reflete sobre o papel da Geografia na escola, sobretudo, no Ensino Fundamental onde acontece o processo de alfabetização:

Refletir sobre as possibilidades que representa, no processo de alfabetização, o ensino de geografia, passa a ser importante para quem quer pensar, entender e propor a Geografia como um componente curricular significativo. Presente em toda a educação básica, mais do que a definição dos conteúdos com que trabalha, é fundamental que se tenha clareza do que se pretende com o ensino de geografia, de quais objetivos lhe cabem. (Callai, 2005, p.229).

Uma dessas possibilidades é através da leitura do mundo onde é necessário aprender a ler o espaço “que significa criar condições para que a criança leia o espaço vivido” (Castellar, 2000, p.30), para ir além da cartografia e suas representações e sim do construído no cotidiano, ou seja, levar em consideração o auxílio da escala cartográfica, com relações tanto com a natureza tanto com a sociedade. Através do conhecimento espacial o estudante consegue compreender melhor o espaço em que está inserido, conseqüentemente a isso passa a entender melhor seu papel no espaço.

Para Straforini (2001, p. 2),

Ensinar Geografia para as séries iniciais do Ensino Fundamental significa possibilidades de construirmos um outro mundo, uma outra possibilidade para existência que não seja centrada na mercadoria e no dinheiro (Straforini, 2001, p. 02).

Ou seja, procurar desenvolver no estudante a capacidade de observar, interpretar e pensar criticamente a realidade, uma possibilidade de formação do cidadão através de um posicionamento crítico com relação às demais desigualdades sociais do país. Para isso, o ensino das bases geográficas deve começar em paralelo às atividades de alfabetização, pois, são essenciais para a construção do estudante.

Conseguir trabalhar, através da alfabetização da criança, uma capacidade de leitura do espaço por meio de conceitos como paisagem e lugar, que são questões

específicas do conteúdo de Geografia, significa trabalhar a leitura da palavra através da leitura de mundo.

Um lugar é um espaço vivido, nesse mesmo sentido Callai (1996; p. 59), aponta que “a realidade, ou o lugar em que se vive é o ponto de partida para se chegar à explicação dos fenômenos”, ou seja, trabalhar a Geografia através da realidade do discente, mas uma realidade de várias relações, com a natureza e com a sociedade que produzem a configuração desse espaço.

Nesse processo de alfabetização a leitura da paisagem auxilia também no desenvolvimento, porque toda paisagem é carregada de historicidade, construídas no cotidiano das pessoas que vivem no lugar, sendo isso essencial para dar sentido ao conteúdo estudado pelo discente.

Desse modo, fazer a leitura da paisagem pode ser uma forma interessante de desvendar a história do espaço considerado, quer dizer, a história das pessoas que ali vivem. O que a paisagem mostra é o resultado do que aconteceu ali. A materialização do ocorrido transforma em visível, perceptível o acontecido. A dinamicidade das relações sociais e das relações do Homem com a Natureza, desencadeia um jogo de forças, cujos resultados são concretos e visíveis (Callai, 2005, p. 238).

Para isso é necessário levar em consideração as escalas de análises e suas interligações entre os vários níveis, como, por exemplo, escala social ou escala histórica, onde tudo irá depender das opções e escolhas feitas, que estão inteiramente ligadas aos objetivos do/para o ensino. Em todas as possibilidades de se fazer uma leitura do mundo, deverão ser considerados as categorias de análises da Geografia, uma vez que são formuladas a partir do que acontece no mundo.

Autores como Helena Copetti Callai (2005), Rafael Straforini (2001), Sonia Castellar (2000), Lana Cavalcanti (2010), entre outros, afirmam que os conceitos fundamentais que devem ser estudados nos anos iniciais são os de lugar, paisagem, região, natureza, sociedade, espaço e de território, pois, é nesses primeiros anos que se costuma trabalhar com identidade e pertencimento.

Straforini (2001, p. 47) acentua que “o ensino de Geografia para crianças não deve ter objetivos tão díspares dos demais níveis de ensino”, embora tenha características muito próprias. Faz-se necessário conhecer e discutir a importância da Geografia para a construção do conhecimento nos anos iniciais de escolarização, pois se deve considerar a realidade no seu conjunto.

O Ensino de Geografia aplicado ao Ensino Fundamental, Anos Iniciais e Finais deveria desenvolver nos estudantes a capacidade de perceber-se enquanto sujeito, que

ocupa e contribui para a construção e transformação do espaço geográfico, conforme pontua Cavalcanti (2010).

[...] A finalidade de ensinar geografia para as crianças e jovens deve ser justamente a de ajudá-los a formar raciocínios e concepções mais articulados e aprofundados a respeito do espaço (Cavalcanti, 2010, p. 24).

Porém, devemos considerar que os profissionais pedagogos que atuam nos anos iniciais não são formados em Geografia e durante a sua graduação, muitas vezes, não conseguem absorver todas as informações necessárias para o Ensino da Geografia. O que interfere no que será ensinado em sala como também na bagagem teórica do discente e no seu desenvolvimento na 2ª etapa do Ensino Fundamental, sendo que há pesquisas em que detectam ausências de determinados conceitos até em discentes do ensino médio, por exemplo, o problema da alfabetização cartográfica (Castrogiovanni, 2002), vai muito além do que resumidamente aqui foi colocado.

E ainda se pensarmos nos temas a serem trabalhados no Ensino Fundamental Anos Finais onde o pedagogo já não atua, Castrogiovanni (2000, p. 11) vai dizer sobre a “alfabetização espacial”, que são “noções básicas de localização, organização, representação da estrutura do espaço elaboradas dinamicamente pelas sociedades”, são conteúdos que ser trabalhados nos anos iniciais e complementadas gradativamente nas próximas etapas de ensino, facilitando assim o entendimento do estudante e proporcionando uma maior compreensão dos temas abordados.

Cavalcanti (2012) fala que a Geografia no sentido da espacialidade se dá principalmente através da prática cotidiana dos estudantes, tanto aluno quanto professor exercem atividades diárias contribuindo para a produção de espaços geográficos, sendo assim, conforme a autora,

Ao lidar com coisas, fatos e processos, na prática, social cotidiana, os indivíduos vão construindo e reconstruindo geografias e, ao mesmo tempo, conhecimento sobre elas. (Cavalcanti, 2012, p. 45-47).

Dessa forma, desde o ensino fundamental anos iniciais é interessante que o profissional pedagogo consiga abordar temas do cotidiano de seus discentes, fazendo com que eles consigam compreender melhor os acontecimentos do seu dia a dia e que utilizem de seu conhecimento empírico para compreender os conceitos e temas abordados em sala de aula, relacionando o que se vê na escola com o seu cotidiano.

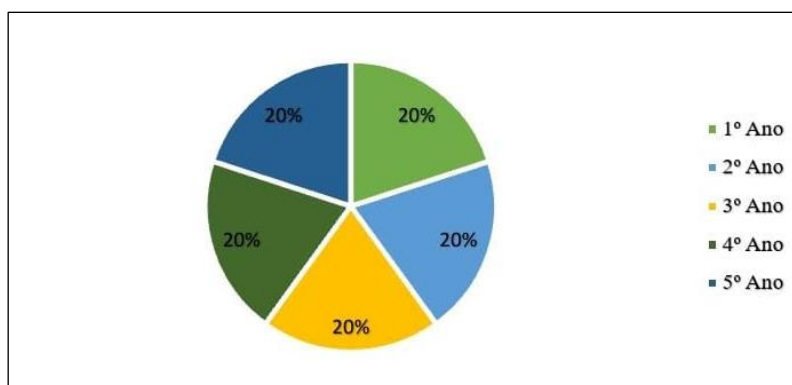
3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES NO ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Partindo destes pressupostos apresentados e através das práticas pedagógicas, das concepções curriculares docentes, das metodologias usadas e das dificuldades que os docentes encontram no Ensino de Geografia, buscou-se analisar o ensino dessa disciplina nos Anos Iniciais do ensino Fundamental, e consequentemente as possibilidades para resolver os entraves no Ensino de Geografia nesta etapa da educação, relacionando aos conhecimentos trabalhados pela Geografia, a partir de uma pesquisa com professores dos Anos iniciais do Ensino Fundamental.

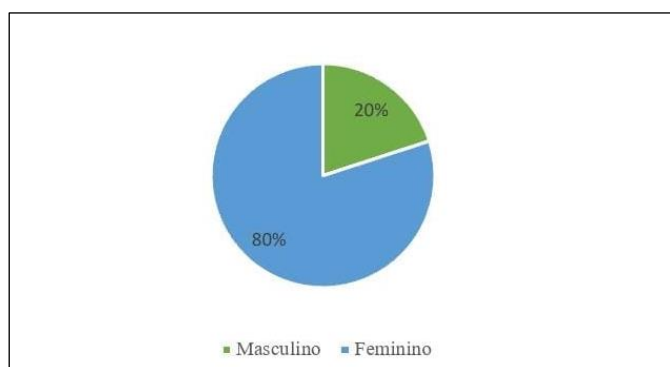
A investigação contou com a participação de 5 docentes, que lecionam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sendo 1 (um) docente do 1º ano, 1 (um) docente do 2º ano, 1 (um) docente do 3º ano, 1 (um) docente do 4º ano e 1 (um) docente do 5º ano (Gráfico 1). Os docentes tiveram seus nomes representados por letras do alfabeto a fim de preservar o anonimato.

Todos os docentes que participaram da pesquisa são licenciados em Pedagogia. São 4 professores do sexo feminino e 1 do sexo masculino (Gráfico 2), sendo que 1 docente possui 2 graduações, 4 docentes possuem pós-graduação e 1 docente não possui pós-graduação. Dos pós-graduados, 3 são em Psicopedagogia e 1 em Humanas (Gráfico 3)

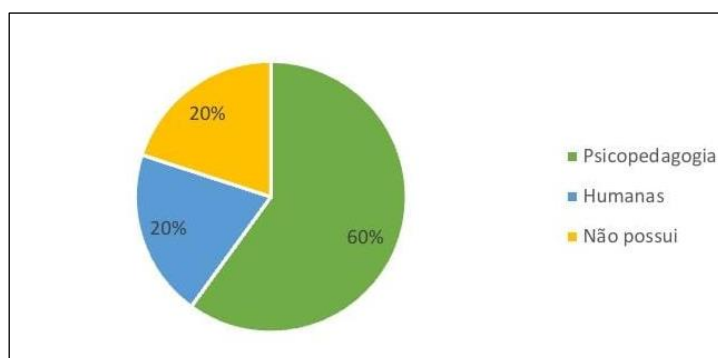
Gráfico 1: Docente por série ano.



Fonte: Silva (2024).

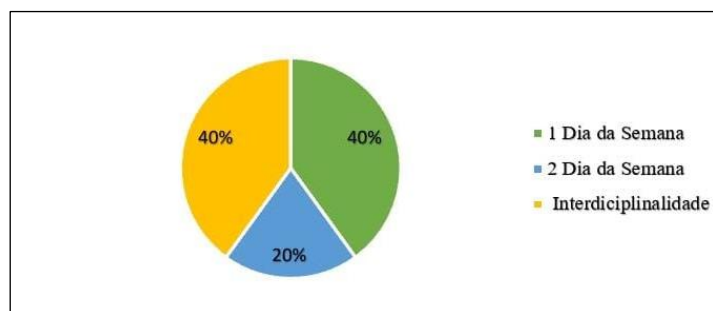
Gráfico 2: Número de docentes por gênero.

Fonte: Silva (2024).

Gráfico 3: Docente por especialização.

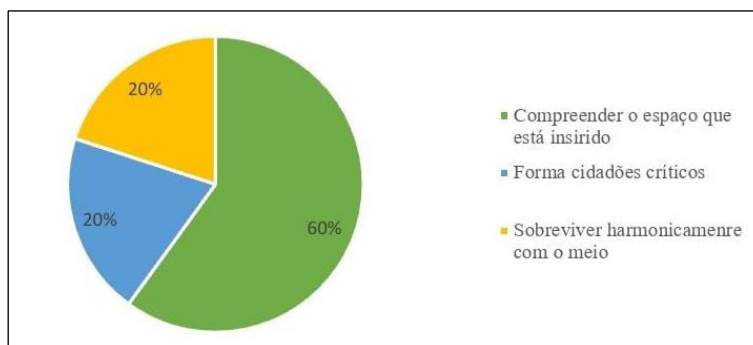
Fonte: Silva (2024).

Pretendendo analisar o Ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a partir das práticas pedagógicas dos docentes, nossos primeiros questionamentos foram em relação ao tempo disponibilizado para o ensino desta disciplina na semana e qual sua importância para essa etapa da Educação Básica. As respostas estão apresentadas nos Gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Tempo disponibilizado para as aulas de Geografia na semana.

Fonte: Silva (2024).

Gráfico 5: Qual a importância do Ensino de Geografia nos Anos Iniciais.



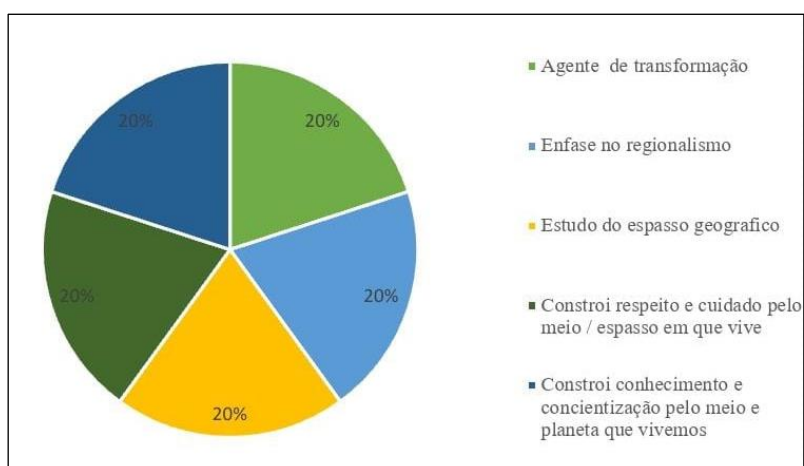
Fonte: Silva (2024).

Em síntese, estas concepções elencadas pelos docentes, são objetivos do Ensino de Geografia, que devem ser trabalhados nas instituições escolares nas aulas dessa disciplina, para que, os alunos possam compreender o espaço em que estão inseridos. Entretanto, estes conteúdos devem ser repassados através de um conteúdo disciplinar contextualizado ao cotidiano dos alunos de forma integrada natureza e sociedade, compreendendo que o objetivo do ensino de Geografia “é explicar e compreender as relações entre a sociedade e a natureza, e como ocorre a apropriação desta por aquela” (Brasil, 1997).

Consideramos positiva a fala do docente, como mostramos a seguir;

Nos ajuda a formar cidadãos mais críticos e conhecedores da importância do “Eu” e o espaço em que vivemos. (Entrevistado: Docente (B). Entrevista realizada em setembro de 2024).

Após obtermos esses resultados, procuramos refletir sobre a compreensão dos docentes acerca do currículo de Geografia. Quando questionados sobre a concepção do Currículo escolar no Ensino de Geografia dos Anos Iniciais, os professores emitiram diferentes opiniões sobre o assunto e nos revelam suas compreensões sobre o Currículo. (Gráfico 6).

Gráfico 6: Concepções sobre o currículo de Geografia.

Fonte: Silva (2024).

Tomando como referência as falas dos docentes e a representação do gráfico 6, evidencia-se que as concepções curriculares existentes na maioria dos docentes não reflete uma postura conhecedora dos princípios dos conhecimentos/conteúdo da Geografia e ainda desconhecem o currículo escolar. O Currículo de Geografia não pode ser entendido apenas com ênfase no regionalismo, ou no espaço geográfico, nem tão pouco a disciplina que constrói apenas o respeito/conscientização pelo espaço em que vive.

Os entrevistados não apresentam uma definição clara sobre o Currículo, conforme verificado na fala dos docentes.

É de extrema importância porque assim constrói no educando o respeito e o cuidado pelo meio e espaço em que vive. (Entrevistado: Docente (C). Entrevista realizada em setembro, 2024).

Muito bom principalmente quando é trabalhado com regionalismo. (Entrevistado: Docente (E). Entrevista realizada em setembro, 2024).

Muito importante, porque podemos construir conhecimento e conscientização sobre os cuidados que devemos ter com o meio e o planeta que vivemos. (Entrevistado: Docente (D). Entrevista realizada em setembro, 2024).

Observa-se um desconhecimento e uma fragmentação no entendimento do Currículo escolar. Porém, na opinião de um dos docentes entrevistados observa-se a adição de uma postura com indícios de criticidade, quando diz; “Ajuda ao aluno entender que faz parte do ambiente, e esse integrante no processo de transformação do espaço em que vive.” (Entrevista: Docente B. Entrevista realizada em setembro, 2024).

Assim, convém ressaltar que a análise crítica dos conteúdos é fundamental para a inovação curricular.

Portanto, esses saberes concernentes a todo o conjunto de disciplinas que compõe o currículo de ensino, especialmente a Geografia, devem ser sincronizados pelo professor ao repassar para o aluno, para que este seja capaz de identificar o que está sendo transmitido, de modo a tornar relevante tal estudo.

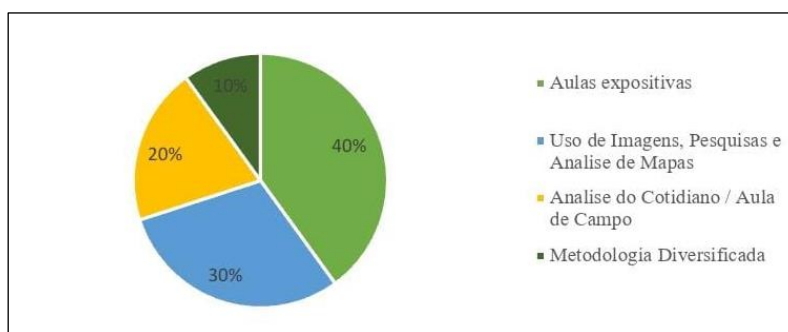
Assim, Cavalcanti (2010, p.7), afirma que:

A meta de formação de conceitos geográficos no ensino tem sido delineada desde a década de 1980, quando se explicitou uma compreensão de que ensinar Geografia não é ensinar um conjunto de conteúdos e temas, mas é, antes de tudo, ensinar um modo específico de pensar, de perceber a realidade. Trata-se de ensinar um modo de pensar geográfico, um olhar geográfico, um raciocínio geográfico. Esse modo de pensar tem sido estruturado historicamente por um conjunto de categorias, conceitos e teorias sobre o espaço e sobre a relação da sociedade com o espaço. Sendo assim, ensinar Geografia é ensinar, por meio de temas e conteúdos (fatos, fenômenos, informações), um modo de pensar geograficamente/espacialmente o mundo, o que requer desenvolver, ao longo dos anos do ensino fundamental, um pensamento conceitual.

Assim, é possível entender que a formação de conceitos geográficos é concebida como tema principal no Ensino de Geografia, um auxílio na instrumentalização do pensamento espacial, incitando o professor na mediação dos elementos teóricos para que o aluno seja capaz de desenvolver a consciência espacial dos objetos, dos fenômenos e dos processos que o cerca.

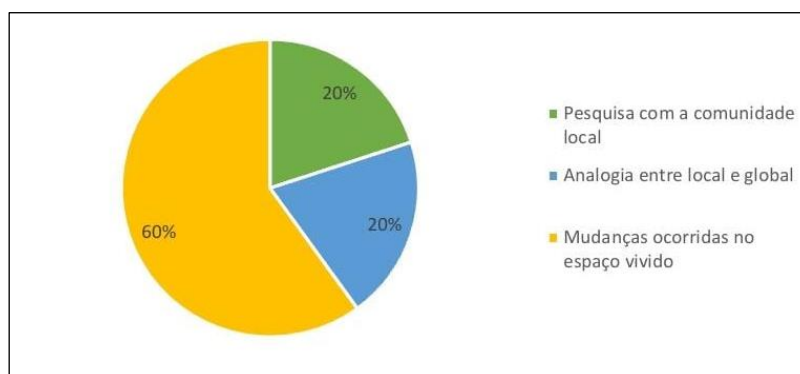
Nesse sentido, a construção das concepções geográficas, assim como as demais áreas do saber, surge a partir das experiências vivenciadas nesse meio, o que não admite a passividade dos instrumentos utilizados no contexto educacional. Dessa forma, a seleção dos assuntos trabalhados em Geografia, deve respaldar a multidisciplinaridade e envolver o discente de forma a compreender a vivência criativa do homem, em suas elaborações e a maneira como ele interage com o espaço, transformando-o conforme suas necessidades e ambições.

A fim de compreendermos como os docentes trabalham os conhecimentos geográficos em sala, nossas indagações foram, quais as metodologias são utilizadas para incorporar os conhecimentos geográficos, os docentes se referem em diversas direções, destacando as aulas expositivas, o uso de imagens, pesquisas, análise do cotidiano, etc. Como apresentado no (Gráfico 7).

Gráfico 7: Metodologias utilizadas.

Fonte: Silva (2024).

Apresentamos de maneira sintética no (Gráfico 8), como ocorre a incorporação dos conhecimentos geográficos, a partir das metodologias apresentadas anteriormente

Gráfico 8: Incorporação dos conhecimentos geográficos.

Fonte: Silva (2024).

De mesmo modo, transcrevemos algumas falas dos docentes;

Gosto de utilizar a pesquisa com a comunidade local, fonte rica em conhecimento e valorização das regiões. (Docente (B) setembro, 2024).

Costumo sempre contextualizar o desconhecido com o conhecido, realizando analogias necessário para o entendimento do aluno sobre a real situação vivenciada na comunidade com o mundo à fora, o antes e o agora na vivência cotidiana. (Docente (D) setembro, 2024).

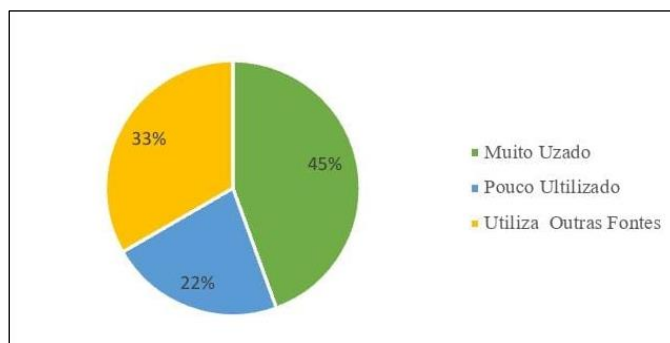
Tendo como pressuposto as falas dos docentes, percebe-se um certo desinteresse dos mesmos quanto às práticas pedagógicas e curriculares que possam ajudar a trabalhar um conteúdo escolar, enfatizando os saberes da comunidade de forma diversificada. Isso reflete também a comodidade por partes dos docentes, ou seja, é mais “fácil” trabalhar o tradicional, (entende-se livro didático), que trabalhar a construção de novos saberes, é mais simples enfatizar, fazer analogias, comparar (não que não seja

importante, pois são os princípios de Geografia), mais o importante seria questionar as disparidades existentes entre o local e o nacional, resgatar os conhecimentos tradicionais, o respeito, a dignidade, os valores pressupostos imprescindíveis na construção da cidadania.

Fernandes e Sobrinho 2016, afirmam, que os espaços cotidianamente vividos (o pátio e o prédio da escola, o bairro e seus diferentes lugares, a urbanidade ou a ruralidade) são espaços plenos de perguntas a serem feitas, problemas a serem discutidos, de soluções a serem pensadas. Ou seja, é possível desenvolver conhecimentos geográficos sem necessariamente de fazer adaptações, analogias. Neste sentido, torna-se fundamental, na parte diversificada, elevar o Currículo no sentido de produzir conhecimentos contextualizado nos saberes locais e não apenas priorizar os aspectos explícitos de reprodução da cultura urbana, que predominam nas grades curriculares dos sistemas de educação.

Evidentemente, não podemos pensar uma educação para nossos alunos baseada somente nos saberes locais, mas é possível desenvolver propostas de ensino que possibilitem ao aluno compreender que a educação não se resume apenas ao seu contexto local ou regional existe um mundo em que estamos ligados por meio de relações econômicas, sociais, políticas, relação de poder e que estas relações interferem diretamente em nossas vidas. É necessário desenvolver práticas curriculares baseadas em experiências locais, destacando ser necessário articular o Currículo escolar construído com a participação de toda comunidade local, o que, para o nosso modo de ver, pode ser considerado positivo para educação.

A fim de fazermos um estudo mais detalhado e transparente das fontes adotadas pelos docentes na elaboração de suas aulas e identificarmos o grau de dependência ou não dos livros didáticos na construção de sua prática docente, prosseguimos nossos questionamentos indagando sobre as fontes utilizadas para o planejamento das aulas. Obtivemos o seguinte resultado sistematizado na representação do (Gráfico 9).

Gráfico 9: Uso do livro didático.

Fonte: Silva (2024).

Observa-se uma postura docente ainda presa a cultura do Livro didático como sendo o instrumento principal a ser usado nas metodologias de ensino, não que não tenha sua devida importância como instrumento de consultas e apoio nas elaborações das aulas. O que se deve questionar não é os conteúdos do livro didático, e sim, como os docentes repassam e os alunos recebem os conhecimentos imbricados nele.

Na visão dos docentes, obtivemos as seguintes respostas;

O livro didático tem sua função como toda fonte de conhecimento, porém, não o torna mais importante, sendo mais instrumento de orientação (Docente (A) setembro, 2024).

O livro didático é um instrumento no qual o professor tem como suporte diário. (Docente (B) setembro, 2024).

O livro didático é importante, faz parte do processo ensino/aprendizagem. Mas, não na sua totalidade. (Docente (D) setembro, 2024).

Estes relatos retratam, com certa nitidez, o quanto os docentes continuam presos à cultura do livro didático, e que ainda é muito forte a presença desta ferramenta como suporte metodológico, mas, podemos considerar uma postura positiva na fala do docente, quando diz, “O livro didático é um subsídio, apenas um recurso, mas, não o mais importante. Muitas das vezes fora da realidade dos alunos” (Docente (B) setembro, 2024).

Planejamos colher informações que nos levassem a aprofundar e entender o porquê dos conhecimentos da Geografia não serem incorporados no Ensino Fundamental como deveria, questionamos então os docentes sobre as dificuldades em trabalhar os conhecimentos geográficos. Os resultados estão expressos no (Gráfico 10).

Gráfico 10: Dificuldades para trabalhar os conhecimentos da Geografia nas aulas.

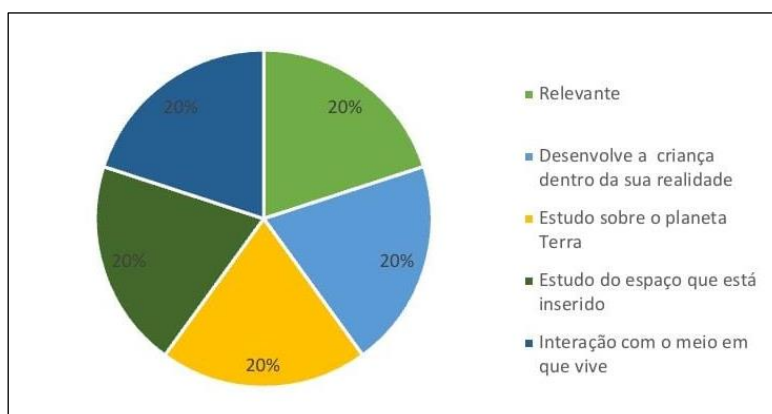


Fonte: Silva (2024).

Analisando o gráfico, que apresenta as dificuldades em trabalhar os conhecimentos da geografia, obtivemos as seguintes falas para análises: a) “falta de subsídios”, b) “pouco tempo disponibilizado para o ensino de Geografia”, “Contudo acredito que o currículo poderia contemplar mais tempo para o ensino dessa disciplina”. (Docente (C) setembro, 2024), c) “pouco espaço para as aulas práticas: e d) “falta de recurso”. Esses motivos citados pelos docentes como dificuldades para trabalhar a Geografia, leva-nos a seguintes considerações: a Geografia escolar fica em segundo plano nas Escolas do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais, configurando assim, a premissa de que o planejamento nas instituições de ensino é secundarizado em detrimento do binômio, como, português x matemática.

Os motivos citados não justificam entraves para não trabalhar a disciplina Geografia na escola, pois, segundo Cavallcanti (2010, p. 25) “A estruturação da Geografia escolar é realizada e praticada, em última instância, pelo professor desta matéria em seu exercício profissional cotidiano”. Para a autora, o professor deve buscar condições de realizar o trabalho docente apoiado em Projeto Político Pedagógico, neste sentido cabe ao docente em conjunto com a escola esta tarefa.

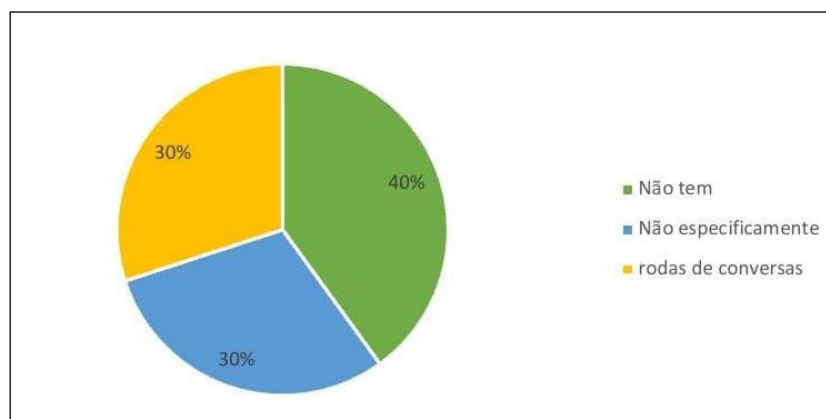
Observamos que o Ensino de Geografia ainda é trabalhado de forma secundarizada. Isso nos levou a fazer o seguinte questionamento: como é caracterizado o Ensino da Geografia nesta etapa da Educação Básica? Obtivemos resultados mostrados no (Gráfico 11).

Gráfico 11: Características do Ensino de Geografia

Fonte: Silva (2024).

De modo geral, as respostas obtidas demonstram como o Ensino de Geografia é considerado pelos docentes, fragmentado, equivocado, ausente de fundamentação teórica metodológica, obviamente em decorrência da falta de formação específica, como já citado neste trabalho. Pois entendemos que caracterizar o Ensino de Geografia, segundo Callai (2016), é aprender a pensar, pensando o mundo, lendo o espaço construído, encaminhando a criança a se situar como um sujeito no mundo, que ocupa um espaço e que pode ter a sua contribuição na construção do mesmo. As habilidades são desenvolvidas a partir de estratégias, que respondam à construção dos conceitos a partir da abordagem dos conteúdos.

Após evidenciarmos a falta de uma formação específica, perguntados sobre formação, curso e orientação pedagógicas oferecido pela Instituição escolar, Secretária Municipal de Educação (SEMED), obtivemos as respostas do (Gráfico 12).

Gráfico 12: Curso/formação/orientação para a disciplina Geografia.

Fonte: Silva (2024).

A leitura desse gráfico reflete o contexto atual da disciplina de Geografia, como está sendo considerado a disciplina/práticas/conteúdos no Ensino de Geografia nesta etapa da Educação Básica nas instituições de Ensino. Segundo o gráfico, 70% dos entrevistados afirmam que não existe, formação, curso, orientação na área de Geografia e 30% dos entrevistados destacam realizar pesquisas e estudos para desenvolver suas aulas. A falta de formação específica, juntamente com a formação acadêmica dos docentes, pode contribuir de forma significativa para que os resultados adquiridos confirmem as hipóteses levantadas nesta pesquisa. Pois, todos os participantes desta pesquisa possuem como primeira graduação o curso de pedagogia.

Essa situação é justificada por Goulart (2014, p. 24):

A necessidade de os professores generalista ensinarem conhecimentos geográficos desconhecidos tem produzidos duas situações peculiares: buscarem no livro didático a orientação para o trabalho a ser realizado ou simplesmente eliminarem determinado conteúdo do programa por se julgarem despreparado.

Portanto, as análises apresentam elementos que evidenciam os trabalhos docentes numa visão descontextualizada para o Ensino de Geografia. E não fica evidente a presença de práticas docentes relevantes que viabilize um Ensino de maneira eficaz para o processo de ensino aprendizagem, considerando os saberes geográficos. Além disso, indica o uso do livro didático como, principal ferramenta metodológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou analisar o Ensino de Geografia na Educação Básica, em especial no Ensino Fundamental, no momento do processo de alfabetização. Entendemos que o papel da Geografia escolar é refletir sobre as possibilidades. O Ensino de Geografia, torna-se importante e fundamental para quem quer pensar, entender e propor a geografia como um componente curricular significativo.

Buscou-se neste trabalho identificar as possíveis dificuldades existentes para a realização de práticas pedagógicas docentes que as torne o Ensino de Geografia interessante aos alunos, assim, como identificar o tipo de concepções curriculares que orienta o trabalho docente nos Anos Iniciais na disciplina de Geografia e as metodologias usadas para incorporar os conhecimentos geográficos. Este estudo teve como público alvo docentes pedagogos que lecionam nas séries/anos iniciais do Ensino Fundamental. Após todo o processo de investigação do fenômeno estudado, amparados a um referencial teórico, permitiu fazermos as análises necessárias do fenômeno estudado, conseguimos alguns pontos essenciais como resultados.

De modo geral, identificamos que existem entraves que impossibilitam desenvolver práticas pedagógicas e curriculares docentes condizentes com o Ensino de Geografia nas séries/anos iniciais do Fundamental, problemas de origem didático pedagógico, na prática docente, problemas de origem teórico-metodológico, problemas de formação docente e o tempo. O estudo proporcionou uma visão quanto às dificuldades de trabalhar saberes geográficos de maneira que proporcionasse ao aluno questionar a realidade.

Evidenciou-se que as concepções curriculares entendidas pelos docentes é fragmentada, o que implica na escolha dos conteúdos e na forma como os conteúdos e saberes são repassados, visto que, os saberes concernentes que compõe o currículo do Ensino de Geografia, devem ser sincronizados pelo professor ao repassar para o aluno, para que este seja capaz de identificar o que está sendo transmitido, de modo a tornar relevante o estudo dessa disciplina.

No entanto, o trabalho apresenta perspectivas que consideramos positivas, no que compreende as concepções sobre o Ensino de Geografia. Observa-se na fala Docente “É Fundamental para que a criança, perceba como parte importante no espaço e também como agente de transformação no espaço/tempo que vive”. Quando os docentes

ênfatizam como instrumentos de consciência, como base de formação do indivíduo, conceito de cidadão. São pontos que merecem ser considerados.

Identificamos que, a elaboração das aulas está apoiada ao livro didático, no sentido de que uma parcela considerada de docentes, ainda tem como opção esta ferramenta como suporte metodológico, reforçando as tendências tradicionais de educação, e reforçando também o comodismo por partes dos docentes, no que se refere, ao desenvolvimento de metodologias que tornem interessante os conhecimentos geográficos. É importante ressaltar que este tipo de fonte pode ser usado a partir de uma análise crítica de seus conteúdos, considerando-se que não existe currículo neutro e desinteressado.

O trabalho permitiu-nos identificar que, existem grandes desafios a serem enfrentados no processo de construção de práticas pedagógicas que viabilize trabalhar os saberes da Geografia nas instituições escolares, como falta de formação aos docentes pelas Secretarias Educacionais a fim de poder enfrentar essas situações desinteressadas de práticas curriculares e pedagógicas no âmbito do Ensino Fundamental, em especial nos Anos Iniciais, não só no Ensino de Geografia mais nas outras áreas do conhecimento.

Com estes resultados alcançados, entendemos que é preciso trazer para debate dentro das instituições, a possibilidade de construir práticas pedagógicas adequadas, a construção de um currículo escolar baseado nos saberes da Geografia e a fundamentação teórica das referidas áreas, enfim, um estudo calcado numa perspectiva crítica, o qual deverá trabalhar os saberes da Geografia ancorado nos pressupostos de uma educação articulada a um projeto pedagógico da escola, que viabilizem as formações específicas como meio para os docentes qualificar suas técnicas profissionais, para que, os mesmos possam atuar na construção de conhecimentos críticos e questionador, que possibilitará transformar/diminuir as disparidades que existiu e existem ainda hoje entre classes sociais e, conseqüentemente consolidar a autonomia e a emancipação do Homem/Mulher, como agente transformador da sua própria realidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. **Geografia: ciência da sociedade** – Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2008.
- ARROYO, M. G. **Educando e Educadores: Seus direitos e o currículo**. Indagações Sobre currículo, Secretária de Educação Básica Brasília. DF. 2008.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.
- BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. 2018.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.
- BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental**. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p.
- CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino Fundamental. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.
- CALLAI, H. C. O estudo do município ou a Geografia nas series iniciais. In; CALLAI, Helena Copetti. A geografia escolar – e os conteúdos da Geografia. **Revista Virtual. Geografia, Cultura y Educación**. Número 1. 2011.
- CALLAI, H. C. O ensino e a pesquisa da Geografia para os anos iniciais do Ensino Fundamental: **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, n. 11, p.06-20, jan./jun. 2016.
- CALLAI, H. C.; CALLAI, J. L. Grupo, espaço e tempo nas séries iniciais. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 21, p.99-108, ago. 1996.
- CASTELLAR, S. M. V. **A alfabetização em geografia**. Espaços da Escola, Ijuí, v. 10, n. 37, p. 29-46, jul./set. 2000.
- CASTELLAR, S. M. V. A superação dos limites para uma educação geográfica Significativa: um estudo sobre a e na cidade. **Revista Geográfica de América Central**, Número Especial EGAL, Ano 2011.
- CASTROGIOVANNI, A. C. **Geografia na sala de aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- CASTROGIOVANNI, A. C. Apreensão e compreensão do espaço geográfico. In: **Práticas e textualizações no cotidiano** – Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, L. S. A “geografia do aluno” como referência do conhecimento geográfico construído em sala de aula. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: **Papirus**, p. 45-47, 2012.

- CAVALCANTI, L. S. A Geografia escolar e a cidade: ensaios sobre o ensino de geografia para a vida cotidiana urbana. Campinas-SP: **Papirus**, 2008, 3 ed. 2010.
- CAVALCANTI, L. S. Geografia, escolar e construção de conhecimentos. Campinas-SP: **Papirus**, 1998.
- FERNANDES, M. L. B.; SOBRINHO, A. F. Cotidiano, sujeitos e territórios nos anos iniciais da escolarização. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, n. 11, p.132-159, jan./jun., 2016.
- FREIRE, P. **Educação Como Prática da Liberdade**. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1967.
- GIROUX, H. A. Disneyzação da Cultura Infantil. In: **Territórios Conquistados**. (Org.) Tomás Tadeu da Silva & Antônio Flavio Moreira. Petrópolis, RJ: vozes, 1995.
- GOMES, N. L. **Diversidade e Currículo**: Indagações sobre currículo, Secretária de Educação Básica Brasília. DF. 2008.
- GOULART, B. L. Aprendizagem e ensino: Uma aproximação necessária à aula de Geografia. In; CASTROGIOVANNI. **O Ensino de Geografia e suas composições Curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.
- LIBÂNIO, J. C. **Didática Velhos e novos temas**. Edição do Autor Maio de 2002.
- MORAES, A. C. R. **Geografia**: pequena História Crítica. 20. Ed., São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, A. F. O currículo como prática cultural e a formação docente. In: **Territórios Contestados**: Editora vozes, 6ª edição. Petrópolis Rio de Janeiro. 1995.
- PESSOA, R. B. **Um olhar sobre a trajetória da geografia escolar no brasil e a visão dos alunos de ensino médio sobre a geografia atual**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Geográfica: Território, Trabalho e Ambiente). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.
- ROCHA, G. O. R. **A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro (1837-1942)**. 1996. 297f. Dissertação (Mestrado em Educação: supervisão e currículo)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.
- ROCHA, G. O. R. O ensino de geografia no Brasil: as prescrições oficiais em tempos neoliberais. **Revista Contrapontos** – Eletrônica, Vol. 10 – n. 1 – p. 14-28 / jan-abr 2010.
- SILVA, T. M. N. **A construção do currículo na sala de aula**: o professor como Pesquisador. São Paulo: EPU, 1990.
- SOARES, M. B. **Diário na Escola, Diário do Grande ABC**. Santo André: sexta

STRAFORINI, R. **A totalidade mundo nas primeiras séries do ensino Fundamental:** um desafio a ser enfrentado. Terra Livre, São Paulo, v. 1, n. 18, p. 95-114, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES – CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA – UNAGEO
CURSO LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA
ORIENTANDA: MIRIANA ROSELHA AUGUSTA DA SILVA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E DIFICULDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES.

Caro docente,

Estou na fase final da minha graduação do curso de Geografia, e como requisito avaliativo para conclusão do curso, devemos, nós enquanto discentes, planejar, organizar e desenvolver um trabalho para conclusão do curso (TCC), uma pesquisa que deverá ser avaliada pelo corpo docente da universidade. Como não deveria ser diferente, optei por fazer minha pesquisa na área do ensino, assim o trabalho será nesse nível do Ensino Básico: Anos Iniciais do ensino Fundamental. Nesse sentido venho através da ferramenta de pesquisa (entrevista), coletar informações enquanto prática docente com os professores dos Anos Iniciais do ensino Fundamental, relacionado ao Tema citado: ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DESAFIOS E DIFICULDADES NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOCENTES.

Ficaria muito agradecida se você, na maneira do possível, responder algumas indagações expressa no documento (entrevista), o qual de posse dessas informações farei as análises e interpretação das informações a luz de um referencial teórico relacionado que servirá como instrumento da minha pesquisa. Desde de já deixo meus agradecimentos, e minhas considerações.

APÊNDICE B – PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

OBSERVAÇÃO: A identificação é opcional

Nome: _____

- 1 – Qual sua formação acadêmica/área de conhecimento?
- 2 – Quantos anos você atua na educação/Anos Iniciais do Ensino Fundamental?
- 3 – Qual série/ano você leciona?
- 5 – Você possui formação continuada/pós-graduação? Em que área?
- 6 – Quantos dias por semana você dedica ao ensino de Geografia?
- 7 – Qual a importância do ensino de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental?
- 8 – Qual concepção/entendimento sobre o currículo de Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental?
- 9 – Quais metodologias você utiliza para trabalhar as aulas de Geografia?
- 10 – Como você incorpora os conhecimentos da Geografia em suas aulas?
- 11 – Você faz uso somente do livro de didático ou trabalha com outras fontes para o planejamento das aulas de Geografia?
- 12 – Quais as maiores dificuldades que você encontra para trabalhar o ensino de Geografia?
- 13 – Como você caracteriza o ensino de Geografia nesse nível do Ensino Fundamental?
- 14 – Existe alguma formação/curso/orientação/coordenador pedagógico ou equipe pedagógica que auxiliam o professor desenvolver práticas pedagógicas/metodologias o ensino de Geografia nas escolas?

Data: _____ de _____ 2024.